



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

### PRIMEIRA CÂMARA – SESSÃO DE 27/08/2013 – ITEM 45

**TC-000243/012/11**

**Órgão Público Concessor:** Prefeitura Municipal de Iporanga.

**Entidade Beneficiária:** Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Registro - APAMIR.

**Responsáveis:** Ariovaldo da Silva Pereira (Prefeito) e Waldi Eugênio Cordeiro (Presidente).

**Assunto:** Prestação de contas – repasses públicos ao terceiro setor. Justificativas apresentadas em decorrência da(s) assinatura(s) de prazo pelo Substituto de Conselheiro Marcelo Pereira, publicada(s) no D.O.E. de 26-05-11.

**Exercício:** 2009.

**Valor:** R\$788.657,50.

**Advogados:** Eslei Nuño Moreira e outros.

**Fiscalizada por:** UR-12 - DSF-II.

**Fiscalização atual:** UR-12 - DSF-II.

### RELATÓRIO

Examino, na oportunidade, a prestação de contas dos recursos repassados pela Prefeitura Municipal de Iporanga, originária de convênio com a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Registro - APAMIR, objetivando a gestão, coordenação e execução de programas e ações de saúde, no valor de R\$ 788.657,00 (setecentos e oitenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e sete reais), no exercício de 2009.

A Fiscalização, após análise dos documentos constantes dos autos, opinou pela notificação dos responsáveis, tendo em vista as seguintes ocorrências: a) apresentação de Parecer



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

Conclusivo Favorável contendo valor de repasse (R\$ 761.625,68) divergente do contido nos demonstrativos contábeis (R\$ 788.657,00); b) convênio prevê o pagamento de taxa de administração mensal de 7,5% sobre a folha de pagamento do Quadro de Pessoal, sendo que o montante pago pela Prefeitura a este título no exercício de 2009 totalizou R\$ 93.906,55 (noventa e três mil, novecentos e seis reais e cinquenta e cinco centavos), consoante apurado às fl. 108; e c) existência de ações trabalhistas vinculadas ao objeto dos repasses tratados nesses autos.

A entidade beneficiária acostou ao processo as justificativas e documentos de fls. 117/141, ocasião em que defendeu o cumprimento regular do objeto do convênio.

No que toca à taxa administrativa, sustentou que *"foi utilizada exatamente na esfera administrativa do convênio, utilizado para adimplir despesas com todo o material de escritório utilizado para a elaboração dos documentos pessoais dos contratados por força do convênio, funcionários de recursos humanos, jurídico, tesouraria, contabilidade para a própria elaboração da prestação de contas a esta corte, despesas com condução e motorista para efetivação de protocolos em Iporanga, enfim, utilizados no estrito*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

*dever de dar fiel cumprimento ao convênio com a economicidade exigida”.*

Por fim, em relação aos processos trabalhistas, informou que *“todos, sem exceção, foram quitados por esta associação, a qual arcou sozinha com todos os custos das rescisões contratuais, adimplindo entre rescisões e encargos sociais, até o momento, o montante de R\$ 361.000,00 (trezentos e sessenta e um mil reais)”.*

Já o Prefeito de Iporanga, muito embora tenha comparecido aos autos para requerer dilação de prazo (fl. 145), não apresentou justificativa (fl. 148).

Instadas, ATJ e Chefia se manifestaram pela irregularidade da matéria (fls. 149/151).

É o relatório.

**LB**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

### VOTO

Observo que o objeto do convênio foi efetivamente executado pela entidade beneficiada, consoante constatado pela Fiscalização por meio do Termo de Verificação de fls. 23/29, no qual foi atestado o atendimento de diversos procedimentos ambulatoriais e de consultas odontológicas.

Contudo, não tenho como acolher as justificativas ofertadas pela entidade beneficiária em relação à taxa administrativa.

Esta E. Corte já decidiu que a cobrança da referida taxa para a execução do convênio descaracteriza a formação de vínculo de cooperação entre as partes, configurando ganho econômico não permitido para instrumento desta espécie (TC's- 2617/007/07 e 1675/002/08, sob a relatoria do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho).

Por fim, destaco o desinteresse do Executivo Municipal em oferecer defesa, apesar de regularmente notificado.

Assim, com fundamento no artigo 103 da Lei Complementar nº 709/93, **condeno a entidade beneficiária Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Registro - APAMIR a devolver a importância de R\$ 93.906,55 (noventa e três mil, novecentos e seis reais e**



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

**cinquenta e cinco centavos) relativa ao recebimento da taxa administrativa paga pela Prefeitura Municipal de Iporanga no ano de 2009**, devidamente atualizada, de acordo com a variação do índice IPC-FIPE até a data do efetivo recolhimento.

**Com fundamento no artigo 104, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, aplico ao responsável, Ariovaldo da Silva Pereira, multa no valor correspondente a 200 (duzentas) UFESP's, a ser recolhida ao Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas do Estado, nas agências do Banco do Brasil, na forma da Lei 11077, de 20 de março de 2002.**

Decorrido o prazo recursal e ausente a prova junto a este Tribunal do recolhimento efetuado, no prazo constante da notificação prevista no artigo 86 da Lei Complementar nº 709/93, o Cartório fica autorizado a adotar as providências necessárias ao encaminhamento do débito para inscrição na dívida ativa, visando à posterior cobrança judicial.

Ocorrido o trânsito em julgado, o atual Prefeito deverá ser comunicado, por ofício, que o Tribunal aguarda, por 60 (sessenta) dias, informações sobre as providências por ele adotadas visando à reintegração ao Erário do valor impugnado, tendo em vista



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

a eficácia de título executivo conferida às decisões desta Corte, consoante artigo 85 da Lei Complementar 709/93.

Sem notícias das medidas adotadas pelo Órgão Concessor no lapso fixado, cópias dos autos deverão seguir ao Ministério Público para apuração de responsabilidades.

**RENATO MARTINS COSTA**  
**Conselheiro**